

## APRESENTAÇÃO

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (Econorte) referentes ao exercício de 2005 foram elaborados de acordo com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Econorte ingressou em 2005 com a perspectiva de alcançar um aumento de 20% na receita operacional bruta, de recuperar os patamares tarifários que estavam defasados em função de ações do Governo do Estado do Paraná e de retomar os investimentos espontâneos nos programas de atendimento ao usuário e de modernização das bases operacionais.

Todas essas metas foram cumpridas. Apesar do baixo desempenho da economia brasileira no ano, e principalmente dos fracos resultados obtidos pelo setor agropecuário – o mais expressivo na zona de atuação da Econorte –, a empresa atingiu uma receita bruta de R\$ 65,91 milhões, com um crescimento de 27,55% em relação ao ano anterior. Na composição dessa receita, R\$ 64,9 milhões originam-se do pedágio resultante do tráfego de 5,75 milhões de veículos pelas rodovias sob sua concessão.

Trata-se de um fluxo de veículos 3,5% menor do que o de 2004. Essa queda explica-se pelas perdas registradas no complexo da soja, duplamente atingido por quebra de safra e pela queda nos preços internacionais, levando o Paraná a registrar um aumento de exportações inferior à média nacional. A continuidade do quadro de juros elevados, a crise política e o desajuste cambial foram outros fatores que também repercutiram negativamente na economia local.

Esse quadro de adversidades teve como fator de compensação o restabelecimento dos patamares contratuais nas tarifas de pedágio, defasados desde o exercício anterior. A aplicação dessas diferenças, assim como do reajuste contratual de dezembro de 2005, permitiu aumento significativo da arrecadação.

O lucro da companhia, antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida/Ebitda), teve um incremento de 30,5% em relação a 2004, totalizando R\$ 29,2 milhões e garantindo um lucro acumulado de R\$ 10,97 milhões. Esse desempenho permitiu distribuir, ao longo do exercício, R\$ 1,5 milhão de juros sobre capital próprio, além de viabilizar proposição orçamentária para distribuição de R\$ 1,2 milhão de dividendos.

Para garantir tal performance, a Administração da Econorte manteve constante vigilância em relação às ações administrativas e judiciais do Poder Concedente e, como as demais concessionárias com atuação no Paraná, pôde contar com decisões judiciais que garantiram o respeito às cláusulas contratuais da concessão. Também a baixa evolução do IGP-M (1,2%, em 2005, contra 12,4%, em 2004) foi propícia à Econorte e permitiu, simultaneamente, a redução dos gastos com despesas financeiras e a diminuição do endividamento geral, já que a dívida da companhia com debêntures é atrelada a este índice.

No foro interno, destacam-se os ganhos operacionais. As despesas operacionais líquidas, divididas pelas receitas operacionais líquidas, ficaram em 51,8%, contra 53,1%, do exercício anterior. O índice é o segundo menor da história da Econorte (em 2003, ele foi de 45%) e está bastante distante dos patamares de 70% observados em 2000 e 2001. Embora ainda tendo de buscar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato para compensar as perdas passadas, a Econorte não apenas cumpriu todo o seu cronograma de investimentos para o ano de 2005, como reativou os seus projetos na área social, aumentando a atuação nos municípios em que opera.

As obras previstas foram todas realizadas: a empresa promoveu a recuperação da ponte sobre o rio Ubá, cuja necessidade foi verificada pelas inspeções anuais; implantou passarela de pedestres no município de Jacarezinho; executou a restauração completa de pavimento em segmentos das rodovias BR-369 (km 160 a km 167) e BR-153 (km 1 a km 4 e km 41 a km 51); e deu continuidade à duplicação de segmento da rodovia BR-369, em trecho de dois quilômetros situado em Jataizinho, onde foi edificada uma trincheira para possibilitar o acesso em desnível ao município.

Também foram implementadas melhorias nos sistemas de Gerenciamento de Segurança Rodoviária e de Controle de Ativos, bem como realizados investimentos significativos para aprimorar o atendimento ao usuário final, melhorando a imagem da companhia junto à opinião pública. As instalações de duas bases operacionais foram remodeladas e modernizadas, e uma nova unidade foi implantada na rodovia BR-153. Rebatizado de *Casa do Motorista*, o SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário) teve uma nova unidade inaugurada, como previsto em 2004. A busca pela qualidade resultou ainda em iniciativas que, além de garantirem alto desempenho, conferem segurança e agilidade ao atendimento dos usuários: a aquisição de duas novas viaturas, uma para o Atendimento Pré-Hospitalar, e outra para a Inspeção Rodoviária.

Além de ter como função intrínseca à sua própria atividade o desenvolvimento social – ao prestar serviços que garantem infra-estrutura adequada à evolução de outros setores econômicos –, a Econorte retomou, em 2005, os seus investimentos em projetos de responsabilidade social e ambiental. A companhia associou-se ao Consórcio Intermunicipal do Rio Tibagi (Copati), que reúne 33 prefeituras e 33 das maiores empresas do Paraná, e o patrocínio ao programa de educação ambiental Pingo D'Água nos municípios de Assaí, Ibitipor e Sertaneja. Este é o maior e mais importante projeto de educação ambiental do estado, e a ação da Econorte beneficia centenas de alunos do Ensino Fundamental.

A tendência de baixa da taxa de juros, aliada à movimentação econômica tradicionalmente suscitada pelo ano eleitoral, permite prever para o próximo exercício um crescimento de tráfego da ordem de 1,5%. O incremento da receita bruta deve ficar em torno de 16%, garantindo, mais uma vez, um lucro de cerca de R\$ 10 milhões e a correspondente distribuição mínima de dividendos.

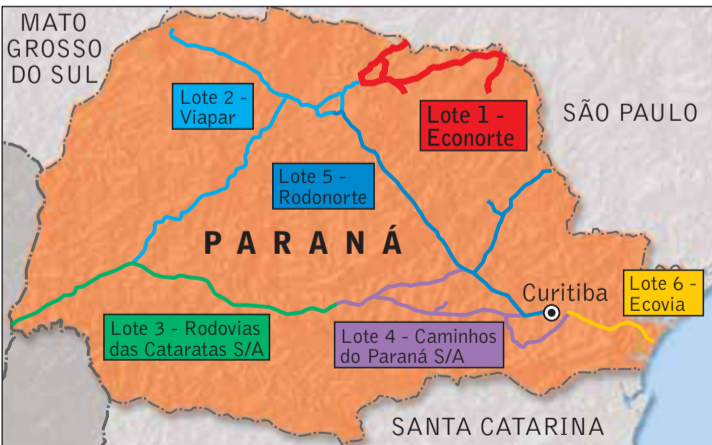
Os esforços para melhorar a imagem da empresa frente à opinião pública e a busca constante por qualidade continuarão a ser prioridades. Esta última, por sinal, é evidenciada pelo Certificado de Sistema da Qualidade NBR ISO 9001:2000, que em 2006 será objeto de duas auditorias internas e de uma Auditoria de Recertificação, a fim de comprovar melhorias contínuas no sistema de gestão. Para a Econorte, a qualidade é um compromisso de equipe, em que o desempenho da empresa é resultado do profissionalismo e do comprometimento dos seus talentos com a missão de proporcionar serviços essenciais de qualidade à população e de buscar resultados positivos, por meio da administração responsável e pró-ativa dos recursos e ativos da organização.

## PERFIL DA EMPRESA

### Histórico

Constituída em outubro de 1997, a Econorte tem sua origem em um consórcio formado pelas empresas Ivaí Engenharia de Obras S.A. e Construtora Triunfo Ltda. – vencedor da concorrência instituída pelo Governo do Estado do Paraná, naquele ano, para explorar a concessão do chamado Lote 1, situado no Norte paranaense e, então, com 275 quilômetros de extensão.

O Lote 1 é um dos seis lotes que compõem o complexo de rodovias federais e estaduais do Anel de Integração do Paraná, cujos 2.035 quilômetros foram concedidos à iniciativa privada por meio do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná. O prazo de concessão é de 24 anos e prevê operação, manutenção, conservação e melhoria dessa malha rodoviária.



Desde 2002, com a incorporação de dois novos trechos à malha sob sua concessão, opera 341 quilômetros de rodovias, que interligam quinze municípios, em perímetro que atinge cerca de 7,7 mil quilômetros quadrados e equivalem a 4% do território paranaense.

### Área de atuação

Integram a infra-estrutura operacional da Econorte as rodovias transferidas pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER-PR), bem como sua faixa de domínio e demais benfeitorias: pontes, viadutos, passarelas, acessos, sinalizações, praças de pedágio e edificações de serviço. Faz parte do rol de serviços a administração, a conservação e a restauração desses bens públicos, assim como a implementação de novas obras de melhoria, quando necessárias e previstas contratualmente.

Esse complexo rodoviário conta com as seguintes praças de pedágio:  
Praça P1 – Jacarezinho (BR 369 - km 0 + 300 e km 1,5)  
Praça P2 – Jataizinho (BR 369 - km 126 + 700)  
Praça P3 – Sertaneja (PR 323 - km 3,5)



### Estrutura Operacional

Os usuários das rodovias sob concessão da Econorte contam com atendimento ininterrupto nas rodovias principais. Todos os procedimentos são coordenados por um Centro de Controle Operacional (CCO), e unidades operacionais em posições estratégicas garantem apoio às equipes e abrigo às viaturas.

#### Atendimento pré-hospitalar

Destinado a usuários vítimas de acidentes, é realizado por meio de ambulâncias mistas de resgate e UTI, equipadas para a prestação de primeiros-socorros e remoções. Em 2005, o serviço foi ampliado com o reforço de um veículo especialmente equipado e mais rápido, conduzido por um resgatista em companhia de um médico plantonista permanente. Seu objetivo é antecipar os trabalhos de primeiros-socorros e imobilização até a chegada das ambulâncias.

#### Resgate e guinchamento

Conta com guinchos e pessoal treinado para realizar a remoção de veículos acidentados ou avariados que estejam obstruindo as pistas.

#### Inspeção de tráfego

Consiste de ronda rotineira nos trechos das rodovias principais, a fim de detectar problemas ou situações de emergência e acionar os recursos necessários. Além da viatura protótipo implantada em exercícios anteriores (Inspeção Express), o serviço passou a contar com uma nova geração de viatura customizada (Inspeção Express II), desenvolvida para transporte de até cinco pessoas e dotada de grande variedade de acessórios.

#### Atendimento de incidentes

Trabalha em regime de prontidão permanente e atua em ocorrências eventuais, como incêndios na vegetação da faixa de domínio, tombamento de carga nas pistas ou acostamentos, remoção de animais etc. Destaca-se, neste item, o atendimento a incidentes com cargas perigosas, em função do risco de prejuízos aos mananciais e reservas florestais do entorno das rodovias.

#### Casa do Motorista

É a nova denominação do *Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)*. A primeira unidade, instalada em anos anteriores no km 126 da rodovia BR 369, revelou-se uma das iniciativas mais valorizadas pelos usuários em pesquisas de satisfação. Por esse motivo, uma nova *Casa do Motorista* foi implantada em 2005, no km 28 da rodovia PR 323.

#### Call center

O serviço funciona 24 horas e conta com atendentes capacitados para esclarecer dúvidas, receber críticas e sugestões, e providenciar o atendimento imediato aos pedidos de socorro e comunicados de emergência por parte de usuários, inclusive acionando a Polícia Rodoviária Estadual.

#### Pós-atendimento

Cada usuário atendido nas estradas recebe uma carta-resposta para avaliação espontânea do atendimento recebido.

## CONTEXTO SETORIAL

### Cenário

O segmento de concessão de rodovias é diretamente influenciado pelo desempenho geral da economia. Em 2005, o PIB nacional cresceu apenas 2,3% e, setorialmente, o pior desempenho ficou por conta da atividade agropecuária, que aumentou 0,8%. Apesar da desaceleração em relação a 2004 e de um cenário político conturbado, levantamentos do IBGE dão conta de um aumento de 5,3% na massa salarial dos trabalhadores e de 3,1% no consumo das famílias.

Esse quadro sugere uma tendência a maior incremento no tráfego de veículos leves do que no de veículos pesados. E, de fato, é o que mostra o índice ABCR de Atividade. Apurada desde 2002 pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) e pela Tendências Consultoria Integrada, aponta crescimentos de 2,4% no tráfego de veículos leves e de 0,25% no tráfego de veículos pesados, resultando em um aumento de 1,8% no tráfego total.

O índice ABCR-Paraná, porém, registrou em 2005 um descolamento da média nacional. A circulação de veículos leves aumentou 3,4%, enquanto a de veículos pesados apresentou queda de 2,1%. Na análise da Tendências Consultoria, a diminuição no tráfego de caminhões é resultado do encolhimento da última safra.

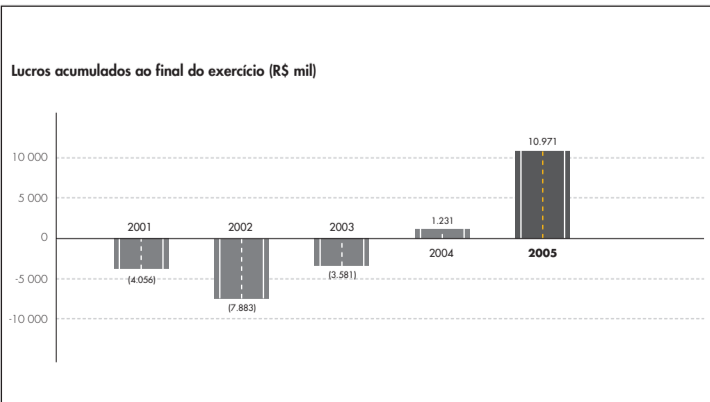
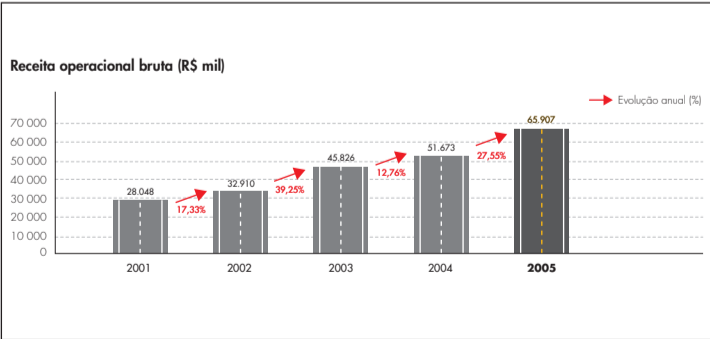
### Perspectivas para o setor

Mercec destaque, entre as perspectivas para o setor em 2006, uma segunda etapa de licitação de trechos de rodovias federais de importância fundamental para o sistema brasileiro de infra-estrutura logística e integração com os países do Mercosul. Originalmente, o procedimento de licitação previa a definição e a assinatura dos contratos no segundo semestre de 2005, com início das obras para o começo de 2006. Apesar do atraso, a altíssima relevância do projeto justifica a expectativa de que as licitações aconteçam ainda no exercício de 2006.

## RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

### Negócios

Com um resultado contábil de R\$ 5,8 milhões, esta é a terceira vez consecutiva, nos oito anos de contrato, que a empresa registra resultado positivo e a segunda vez que apresenta lucro acumulado. O lucro líquido do exercício, adicionado da realização líquida da reserva de reavaliação nas contas do Patrimônio Líquido, resulta em um lucro acumulado de R\$ 10,97 milhões e na proposição para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.



### Origem e comportamento das receitas

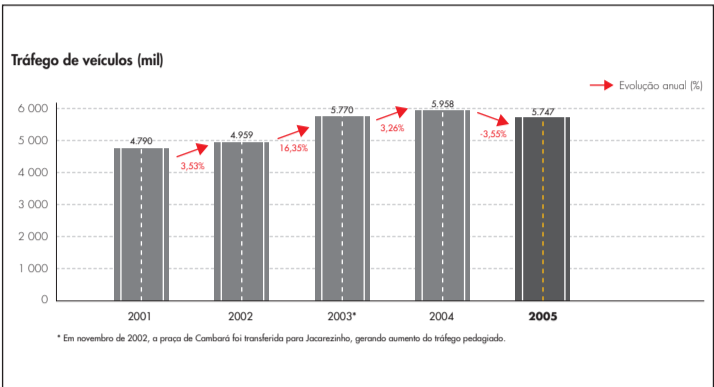
No perfil das receitas operacionais predomina a arrecadação de pedágios. 5,75 milhões de veículos trafegaram pelas estradas sob concessão da Econorte em 2005, gerando uma receita bruta de R\$ 65,91 milhões – um crescimento de 27,55% sobre o ano anterior, que fechou em R\$ 51,67 milhões. Apesar do incremento de receita, gerado principalmente pe-

lo reajuste das tarifas, o volume de tráfego foi 3,55% menor do que o registrado no ano anterior.

Na composição do tráfego, a praça de Jataizinho participa com 42%, repetindo seu índice histórico. Jacarezinho, com 34%, mantém-se em segundo lugar e conserva o aumento registrado desde sua mudança de Cambará, em novembro de 2002. Finalmente, Sertaneja contribuiu com 24% do volume de veículos.

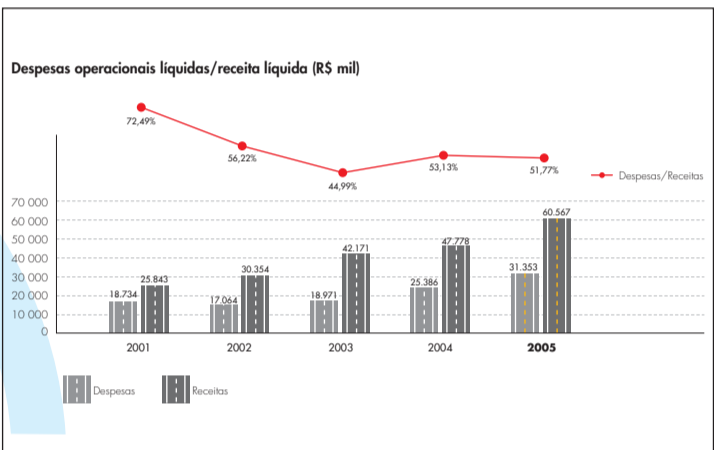
Essa representatividade se modifica quando a base é a geração de receita. Jacarezinho passa a primeira praça em importância, tendo gerado R\$ 25,3 milhões (39% do resultado total). Seguem-se Jataizinho, com R\$ 21,7 milhões e 33% de participação, e Sertaneja, com R\$ 17,9 milhões e contribuição de 27% da receita operacional bruta.

Receitas alternativas de R\$ 958 mil completam o resultado da Econorte no exercício. Sua principal origem – cerca de 90% – refere-se a contrato firmado com a Brasil Telecom, desde 2002, para a passagem de redes de telecomunicação na faixa de domínio.



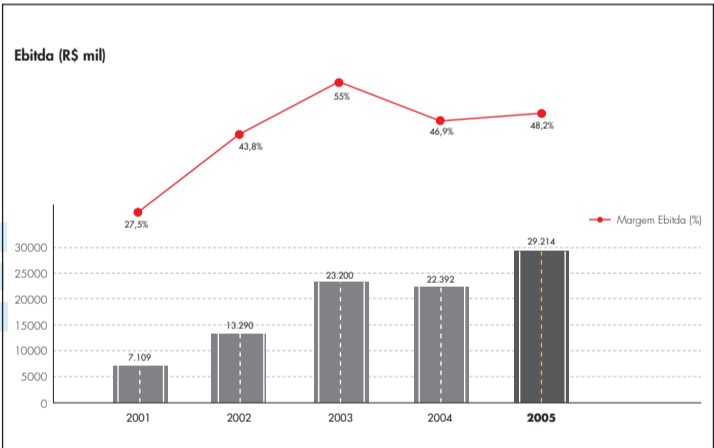
### Despesas operacionais

As despesas operacionais da Econorte, em 2005, contabilizadas antes do pagamento de juros, depreciações e impostos, somaram R\$ 31,3 milhões – 23,5% a mais do que em 2004. Apesar do aumento nominal, a empresa conseguiu dar continuidade à trajetória de redução anual da participação das despesas operacionais sobre a receita líquida. Em 2005 essa relação ficou em 51,77%, patamar inferior aos 53,13% registrados em 2004. Foi o segundo melhor desempenho registrado nos últimos cinco anos, abaixo apenas dos 44,99% atingidos em 2003.



### Resultado operacional

O lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) passou a R\$ 29,21 milhões, contra os R\$ 22,39 milhões de 2004. No acumulado do ano, a margem Ebitda da Econorte atingiu 48,23% – novamente o segundo melhor desempenho dos últimos cinco anos, superado apenas pela margem de 55,01%, registrada em 2003.



### Endividamento

O passivo oneroso da empresa é majoritariamente de longo prazo, composto por debêntures emitidas em 2001, com atualização monetária pelo IGP-M. Em 2005, a variação acumulada desse índice ficou em 1,2%, muito inferior aos 12,4% verificados em 2004 e responsável por uma significativa diminuição nos encargos mensais incidentes sobre as debêntures. As despesas financeiras líquidas da companhia somaram, em 2005, R\$ 7,88 milhões – contra R\$ 10,1 milhões no ano anterior, uma redução de 27%.

Ao final do exercício, o endividamento foi de R\$ 64,05 milhões – inferior em 2,99% ao de 2004. Equivalente a 56,3% dos ativos, esse total representa R\$ 37,17 milhões de dívidas com debenturistas e R\$ 12,88 milhões destinados à provisão de impostos sobre a reavaliação de ativos realizada pela Econorte. Devido à transferência de parcelas de longo prazo das debêntures para curto prazo, a composição das exigibilidades passou de 18,9%, em 2004, para 29%, em 2005.

Perfil do endividamento	2001	2002	2003	2004	2005
Passivo circulante (PC)	11.738	12.690	16.407	12.506	18.560
Passivo exigível longo prazo (ELP)	15.431	35.797	55.701	53.521	45.494
Dívida bruta (PC+ELP)	27.169	48.487	72.108	66.027	64.054

### Resultado líquido

O lucro antes dos juros e impostos (Ebit) aumentou de R\$ 8,58 milhões, em 2004, para R\$ 14,26 milhões em 2005. Essa performance gerou um resultado líquido – descontados os impostos – de R\$ 5,8 milhões, o melhor da história da companhia.

### Investimentos

A Econorte realizou investimentos de R\$ 17,95 milhões no exercício de 2005, o que representa seu segundo maior montante destinado a essa finalidade, nos últimos cinco anos. Entre eles, destacam-se:

- Restauração do trecho entre o km 160 e o km 167, da BR 369, e dos trechos entre o km 1 e o km 4 e do km 41 ao km 51, da BR 153.
- Duplicação do trecho entre o km 128 e o km 130, da BR 369, com implantação de trincheira no acesso a Jataizinho.
- Construção de passarela no km 18,5 da BR 153, no município de Jacarezinho.
- Modernização das bases operacionais do km 55 da PR 323, e do km 97 da BR 369.
- Implantação de nova base operacional no km 31 da BR 153.
- Implantação de nova unidade de atendimento ao usuário – a Casa do Motorista – no km 28 da PR 323.
- Recuperação da ponte sobre o rio Ubá no km 32 + 980 da BR 153, entre os municípios de Ourinhos e Santo Antônio da Platina.



## NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S/A (Econorte) é uma sociedade anônima constituída em 8 de outubro de 1997, cuja atividade principal é a exploração, sob o regime de concessão, do lote 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 340,77 km. A Companhia existe na recuperação pelo prazo de 24 anos, mediante licitação pública. O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio (reajustáveis anualmente segundo cláusulas específicas) e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER/PR), as quais podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004 estão sendo apresentadas para fins comparativos com as seguintes alterações em relação às publicadas no ano anterior:

- O valor dos tributos diferidos passivos sobre reserva de reavaliação foram considerados como transferência de longo prazo para o circulante conforme prevê a Deliberação CVM 183.
- Em função da Companhia ter apresentado resultado tributável inferior ao efeito da realização mencionada acima, houve o reconhecimento na demonstração do resultado de 2004 do excesso de provisão de imposto de renda e contribuição social que havia originalmente sido revertido diretamente ao Patrimônio Líquido.

### 3. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e disposições complementares e consoante as práticas contábeis descritas a seguir:

- Aplicações financeiras**  
São registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não superam o valor de mercado.
- Despesas antecipadas**  
São registradas ao custo e apresentadas líquidas das apropriações efetuadas até a data do balanço.
- Imobilizado**  
É registrado ao custo de aquisição ou construção, de modo que os bens são relacionados ao objeto da concessão ajustados ao valor de mercado por reavaliação realizada para a data-base 31 de dezembro de 2003, suportada por laudo técnico elaborado por empresa especializada. As depreciações são calculadas e registradas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a estimativa de vida útil dos bens conforme determinado em laudo de reavaliação.
- Provisão de férias e encargos**  
Incluída na rubrica "Obrigações Sociais e Trabalhistas", é constituída em função dos direitos adquiridos até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais incidentes.
- Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária**  
São atualizados com base nas taxas vigentes nas datas dos balanços e nos índices oficiais de atualização monetária divulgados.
- Provisão de imposto de renda e de contribuição social**  
São provisionados com base no lucro real determinado de acordo com a legislação tributária em vigor. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos foram constituídos sobre o valor da reserva de reavaliação e realizam-se na mesma proporção da realização da reserva de reavaliação.
- Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo**  
São registrados por seus valores de realização ou de liquidação, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos ou encargos calculados até a data do balanço;
- Reconhecimento das receitas de pedágio**  
São reconhecidas de acordo com o regime de competência, incluindo as receitas com os cartões de pedágio, que são registradas conforme a utilização das rodovias pelos proprietários de cartões pré e pós-pagos.
- Resultado do exercício**  
O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência.
- Juros sobre capital próprio**  
Foram calculados no limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP nos termos da Lei 9249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de juros foi contabilizado em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito das demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos da Demonstração do Resultado para o Patrimônio Líquido e apresentados nas destinações de resultados.

### 4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Tipos de Aplicação Financeira	2005 R\$ mil	2004 R\$ mil
CDB – 99% do Certificado de Depósito Interfinanceiro	1.162	1.216
FIF PREMIUM – Certificado de Depósito Interfinanceiro	1.550	-
FIF PLUS - Multi mercados	-	1.600
FIF TARGET 1 - Renda fixa	1.162	1.200
	<b>3.874</b>	<b>4.016</b>

A totalidade do saldo de aplicação financeira em 31 de dezembro refere-se à reserva monetária para amortização da próxima parcela das debêntures conforme descrito na nota 7. Em 31 de dezembro não existia reserva para pagamento de juro em razão de ter sido liquidado no final do exercício.

### 5. DESPESAS ANTECIPADAS

	2005 R\$ mil	2004 R\$ mil
Despesas com seguros a apropriar	882	848
Gastos com colocação de debêntures	611	803
Outras despesas a apropriar	128	-
	<b>1.624</b>	<b>1.651</b>
Despesas antecipadas no circulante	1.199	1.037
Despesas antecipadas no realizável a longo prazo	425	614

Os gastos com colocação de debêntures são apropriados pelo período de emissão até o vencimento da última parcela das debêntures.

### 6. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Custo R\$ mil	Reavaliação R\$ mil	2005 R\$ mil	2004 R\$ mil
Obras de melhoria e ampliação	4,26 a 33,33	38.995	11.677	50.672	34.361
Infra-estrutura de operação, conservação e manutenção	4,26 a 33,33	22.684	17.048	39.732	19.338
Restauração de rodovias	4,26 a 33,33	35.215	24.812	60.027	25.952
Veículos	20 a 40	1.782	-	1.782	1.449
Beneficentárias	4,26	211	-	211	201
Equipamentos de telecomunicações	20	230	-	230	259
Móveis e utensílios	10	305	-	305	214
Equipamentos de informática	20	660	-	660	360
Máquinas e equipamentos	20	172	-	172	225
Licença de uso de software	20	150	-	150	99
Servidão de passagem	-	20	-	20	20
Instalações	20	11	-	11	11
Marcas e patentes	-	3	-	3	3
		<b>100.438</b>	<b>53.537</b>	<b>153.975</b>	<b>136.029</b>
Depreciação acumulada		<b>(32.108)</b>	<b>(15.660)</b>	<b>(47.768)</b>	<b>(32.953)</b>
Imobilizado Líquido		<b>68.330</b>	<b>37.877</b>	<b>106.207</b>	<b>103.076</b>

Os ativos de obras de melhoria e ampliação, infra-estrutura e restauração de rodovias foram reavaliados, de forma voluntária, com base no método do custo de reposição e/ou construção na data de avaliação, sendo a mais valia registrada em contas de reavaliação de bens de mesma natureza registradas no ativo permanente, com base em laudo emitido por peritos independentes em dezembro de 2003.

A reavaliação foi realizada pela Empresa Brasileira de Avaliação de Patrimônio e Engenharia Ltda. (Ebrape), nomeada em 27 de dezembro de 2003 através da 16.ª Assembléia Geral Extraordinária. O laudo fundamentado com critérios de avaliação e elementos de comparação adotados foi aprovado pelos acionistas na 17.ª Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de dezembro de 2003 e contabilizada naquela data.

O resultado da reavaliação no valor de R\$ 53.537 foi incorporado ao ativo reavaliado correspondente com contrapartida em conta de Reserva de Reavaliação no patrimônio líquido. O reconhecimento dos tributos incidentes foi reconhecido a débito de conta de Reserva de Reavaliação e a crédito na conta de Tributos sobre Reserva de Reavaliação no passivo exigido a longo prazo. A realização da referida reserva e dos tributos incidentes ocorrerão na proporção das baixas por depreciação ou alienação dos bens que a geraram.

### 7. FORNECEDORES

O saldo desta conta está representado como segue:

	2005 R\$ mil	2004 R\$ mil
Consórcio de Serviços Rodoviários – CSR	1.002	773
Operações e Serviços Ltda. – OSR	502	633
B. Greca e Cia Ltda.	3.693	1.570
Outros fornecedores	1.756	1.243
	<b>6.953</b>	<b>4.219</b>

### 8. DEBÊNTURES

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 10 de janeiro de 2001, foi aprovada a abertura de capital da Companhia. O registro foi obtido junto a Comissão de Valores Mobiliários em 24 de julho de 2001 (ofício SEP/RIC/0017/2001). Nesta mesma data foi aprovado pela CVM o registro da emissão pública de 30.000 debêntures nominativas, não conversíveis em ações (ofício SER/DEB/2001/051).

Os recursos recebidos das debêntures foram utilizados para execução do programa de investimentos de obras nas rodovias que compõem o lote 1, bem como para liquidação de passivos de fornecedores, mútuos e empréstimos e financiamentos, anteriormente exigidos a curto prazo.

As debêntures são atualizadas pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado da FGV (IGPM), remuneradas à taxa de 1% ao mês sobre o saldo nominal unitário das debêntures em circulação e com parcelas de amortização vencíveis no primeiro dia útil do mês de abril de cada ano. Em 31 de dezembro de 2005 vencem como segue:

	% de resgate	Quantidade	Valor
2006	10,00	3.000	5.073
2007	18,33	5.499	9.289
2008	22,50	6.750	11.402
2009	22,50	6.750	11.402
<b>Total</b>		<b>21.999</b>	<b>37.166</b>

A Companhia constitui, mensalmente, reserva monetária equivalente a 40% (quarenta por cento) da receita diária do pedágio, a partir do sexto dia de cada mês até que se atinja a totalidade da remuneração fixa (juros) a ser paga. O mesmo procedimento se aplica a razão de 30% (trinta por cento), para que seja constituída mensalmente reserva equivalente a 1/12 (um doze avos) do valor correspondente à próxima parcela da amortização.

### 9. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A composição dos saldos registrados:

	2005 R\$ mil	2004 R\$ mil
Imposto de renda	993	530
Contribuição social	265	214
Pis	164	203
Cofins	916	1.164
ISS	496	320
Outros tributos	80	66
Total das obrigações tributárias – parcela de longo prazo	<b>2.914</b>	<b>2.497</b>
	(467)	(1.061)
Parcela de curto prazo	2.447	1.436

### 10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITO JUDICIAL

A Companhia está envolvida em processos legais e contingências resultantes de suas operações. As provisões registradas são consideradas pelos seus assessores jurídicos e sua administração suficientes para cobrir perdas prováveis. Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia possuía R\$ 319 (R\$ 494 em 2004) de depósitos judiciais e R\$ 56 (R\$ 220 em 2004) em provisão para contingências constituídas.

### 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social**  
O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 16.400 em 31 de dezembro de 2005 (R\$ 15.500 em 2004) e está representado por um total de 13.600.000 ações ordinárias sem valor nominal, assim dividido entre os acionistas:

	Número de ações	% de participação
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	6.798.998	49,99
Acciona do Brasil Ltda.	3.400.996	25,01
Polledo do Brasil Concessões e Serviços Ltda.	1.958.396	14,40
Construtora Sanches Tripoloni Ltda.	1.196.807	8,80
Engepasa Infraestrutura Ltda.	244.791	1,80
Outros	12	-
	<b>13.600.000</b>	<b>100,00</b>

A integralização de R\$ 900 ocorreu mediante capitalização de parte da reserva de lucros, sem que implicasse na emissão de novas ações. Foi aprovada na 26.ª Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 5 de agosto de 2005.

A título de informação adicional, tomando-se o capital social da Companhia em dezembro de 2005, e trazendo-o ao valor presente a partir da data dos aportes, através da fórmula paramétrica contratual, e capitalizando-os por encargos de 17,40% ao ano (taxa interna de retorno do empreendimento), chega-se ao valor de R\$ 51.748 para data-base 31 de dezembro de 2005 (R\$ 40.051 em 2004)

b) **Dividendos**  
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Conforme definido em Assembléia Geral de Debenturistas, em 20 de dezembro de 2004, foi inserida cláusula na escritura de emissão que proíbe a distribuição de toda e qualquer remuneração aos acionistas, excetuando-se aquelas obrigatórias pela legislação vigente. No mesmo estatuto, está previsto que da base de cálculo dos dividendos não são deduzidos os valores de constituição da reserva legal e da reserva estatutária.

Em 2005, a Companhia efetuou o reconhecimento contábil de R\$ 1.500 a título de juros sobre o capital próprio. O valor creditado no exercício será imputado ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas.

No exercício de 2005, em conformidade com as disposições estatutárias, a administração da Companhia propõe a distribuição de dividendos a ser submetida à aprovação da Assembléia Geral, conforme segue:

	2005 R\$ mil
Resultado do exercício após imposto de renda	5.803
Realização da reserva de reavaliação	5.168
Lucro líquido ajustado – base para cálculo das reservas e dividendos	10.971
Alíquota para cálculo de dividendos conforme estatuto	25%
Dividendos a serem propostos conforme estatuto	2.743
Juros sobre capital próprio	(1.500)
Dividendos propostos	<b>1.243</b>

### c) Reserva legal

Estabelecida pelo estatuto social da Companhia, é constituída na proporção de 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reservas de capital, limitada a 30% do capital social.

### d) Reserva estatutária

É estabelecida pelo estatuto social da Companhia para garantir a restituição do capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão. Constitui-se na proporção de 0,5% do lucro do exercício e limita-se a 10% do capital social.

### e) Reservas de retenção de lucros

São constituídas de acordo com o previsto no artigo 196 da Lei n.º 6.404/76. Os órgãos da administração propõem a retenção de parte dos lucros acumulados, no valor de R\$ 7.625 em cumprimento às deliberações de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 25 de novembro de 2004 e ao disposto nas deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas em 20 de dezembro de 2004.

### f) Reserva de reavaliação

Constituída com base em laudo emitido por peritos independentes conforme descrito na nota 5.

### 12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	31-12-2005		31-12-2004	
	Mercado R\$ mil	Contábil R\$ mil	Mercado R\$ mil	Contábil R\$ mil
Disponibilidades	4.949	4.949	5.123	5.123
Fornecedores	6.944	6.944	4.219	4.219
Debêntures	37.166	37.166	41.709	41.709

Conforme as condições estabelecidas na Instrução CVM 235/95, as operações que envolvem instrumentos financeiros ativos e passivos estão registradas contabilmente pelos valores compatíveis com as atuais taxas de mercado para operações de prazos e riscos similares.

Como consequência de dispositivos contratuais a Companhia assume como riscos empresariais o volume de tráfego a ser pedagiado, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. Também conforme cláusulas de contrato, os reajustes tarifários, quando concedidos parcialmente ou com atrasos, bem como eventuais alterações na legislação tributária, deverão ser objeto de reconhecimento pelo Poder Concedente e obrigatoriamente levado a cálculo de reequilíbrio econômico e financeiro contratual, modificando o valor das tarifas de pedágio ou o cronograma de investimentos.

### 13. IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS E DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR e CS)

	2005 R\$ mil	2004 R\$ mil
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e contribuições	7.993	(2.165)
Adições e exclusões ao lucro real		
Depreciação sobre a parcela dos bens reavaliados	7.830	7.830
Juros sobre capital próprio	(1.500)	-
Outras despesas líquidas	264	458
Lucro tributável	14.587	6.123
Aproveitamento do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(3.362)	(1.837)
Base para a apuração do imposto de renda e contribuição social	<b>11.225</b>	<b>4.286</b>
Imposto de renda e contribuição social – alíquota teórica de 34%	(3.721)	(1.457)
Os efeitos fiscais refletem o seguinte:		
Realização do passivo de IR e CS sobre reavaliação	2.662	2.662
Outros relativos a incentivos fiscais PAT e Patrocinio 8313/91	12	49
	(1.047)	1.254
Tributos diferidos sobre prejuízos fiscais	(1.143)	1.143
Imposto de renda e contribuição social	(2.190)	2.397

Os efeitos fiscais pela realização da parcela de reavaliação foram refletidos pela reversão de parte da provisão de tributos de longo prazo no montante de R\$ 2.662 em 2005 e 2004.

### 14. SEGURO E GARANTIA

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e cumprir suas responsabilidades contratuais perante o DER/PR, tendo os acionistas como fiadores da operação.

Descrição	Vigência	Cobertura R\$ mil	Prêmio Net R\$ mil
Apólice de Seguro Garantia Contratual	jan a dez de 2006	85.861	558
Apólice de Seguro Garantia Contratual	jan a dez de 2006	28.635	186
Apólice de Seguro All Risks Contratual	jan de 2006 a jan de 2007	135.000	568
		<b>249.496</b>	
Limite Máximo de Indenização: Seguro de Danos Patrimoniais			4.000
Limite Máximo de Indenização: Seguro de Lucros Cessantes			18.887
Limite Máximo de Indenização: Seguro de Responsabilidades			3.000

### 15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro abaixo e se referem à compra de serviços operacionais, de atendimento, de manutenção e de conservação nas rodovias, bem como às obras previstas no cronograma de investimentos, conforme quadro abaixo:

	Fornecedores (Saldo em 31/12)		Aplicação em compras no exercício							
			Imobilizado		Despesa Financeira		Despesa de Conservação		Despesa de Operação	
	2005 R\$ mil	2004 R\$ mil	2005 R\$ mil	2004 R\$ mil	2005 R\$ mil	2004 R\$ mil	2005 R\$ mil	2004 R\$ mil	2005 R\$ mil	2004 R\$ mil
CSR	1.002	773	10.810	5.858	76	91	11.617	3.532	-	-
OSR	502	633			34	136	-	4.460	4.538	3.290
<b>Total</b>	<b>1.504</b>	<b>1.406</b>	<b>10.810</b>	<b>5.858</b>	<b>110</b>	<b>227</b>	<b>11.617</b>	<b>7.992</b>	<b>4.538</b>	<b>3.290</b>

As empresas Operações e Serviços Rodoviários Ltda (OSR) e Consórcio de Serviços Rodoviários (CSR) são constituídas majoritariamente pelos próprios acionistas controladores da Companhia. Sobre os saldos vencidos, incidem juros de mora equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. Essas operações foram formalizadas através de contratos de prestação de serviços. Os valores executados nos vários anos são apresentados deflacionando-os para moeda de janeiro de 1997, a fim de permitir a comparação com o previsto no contrato de concessão (PER).

Serviços Contratados junto a CSR	Prazo	Valor (*) Contratado R\$ mil	Valor (*) Executado R\$ mil
CSR (CST 015/2002): Obras de melhoramentos e ampliação da capacidade nas rodovias BR-153, PR-090, BR-369, e PR-445	2006	27.794	26.430
CSR (CST 015/2002): Conservação de rotina nas Rodovias BR-369, PR-323, PR-445, PR-090 e BR-153	2006	9.700	5.737
CSR (CST 015/2002): Demais obras de Infra-estrutura previstas para operação	2006	9.590	4.944

(\*) Valores com data-base 1º de janeiro de 1997 (data da proposta comercial e do PER). Os valores executados não refletem os valores contábeis, por estarem esses deflacionados conformes índices contratuais.

Serviços Contratados junto a OSR	Prazo	Valor (*) Contratado R\$ mil	Valor (*) Executado R\$ mil
OSR (2005): Operação sistemas de pesagem no lote 1	2006	486	135
OSR (2005): Atendimento pré-hospitalar no lote 1	2006	1.620	540
OSR (2005): Atendimento mecânico no lote 1	2006	1	